



REVISTA CIENTÍFICA
**Iara Christian
University**

O Pedagogo como Arquiteto da Aprendizagem: O Design Instrucional na Democratização do Acesso à Informação em Bibliotecas

The Pedagogue as a Learning Architect: Instructional Design in the Democratization of Access to Information in Libraries

Andréia Silva da Silveira¹

RESUMO

As bibliotecas contemporâneas, sejam elas públicas, universitárias ou escolares, romperam com o paradigma custodial para se consolidarem como organismos vivos de aprendizagem e espaços de educação não formal. Contudo, a modernização tecnológica e a complexidade burocrática desses ambientes podem erguer barreiras cognitivas que impedem a autonomia do cidadão. Sob uma abordagem metodológica qualitativa, este artigo tem como objetivo analisar a atuação do pedagogo como arquiteto da aprendizagem na democratização do acesso à informação. Ancorando-se na transposição didática de Chevallard, no Design Instrucional contemporâneo de Filatro e na Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, a investigação demonstra como a intervenção pedagógica traduz normativas e sistemas complexos em materiais autoinstrucionais acessíveis. Discute-se, ainda, a aliança multidisciplinar entre a Biblioteconomia (focada no objeto) e a Pedagogia (focada no sujeito), evidenciando práticas de acessibilidade cognitiva e ludopedagogia. Conclui-se que o Design Instrucional transcende a estética, consolidando-se como uma autêntica ferramenta de mediação emancipatória que liberta o usuário da passividade e materializa a Justiça Social Informacional.

Palavras-chave: Design Instrucional. Bibliotecas. Pedagogo. Autonomia do Usuário. Transposição Didática.

¹ Graduação em Pedagogia (UCB, 2012) e Doutorado em Educação (Absolute Christian University / Iara Christian University - USA, 2026). Atuação Profissional: Técnica-Administrativa em Educação na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB). E-mail: andreiasilva.df@gmail.com Orientadora: Profa. Dr^a. Iara Cristina Ferreira Arruda



ABSTRACT

Contemporary libraries, whether public, university, or school, have broken with the custodial paradigm to consolidate themselves as living organisms of learning and spaces of non-formal education. However, technological modernization and bureaucratic complexity can raise cognitive barriers that hinder citizen autonomy. Under a qualitative methodological approach, this article aims to analyze the role of the pedagogue as a learning architect in the democratization of information access. Anchored in Chevallard's didactic transposition, Filatro's contemporary Instructional Design, and Paulo Freire's Pedagogy of Autonomy, the research demonstrates how pedagogical intervention translates complex regulations and systems into accessible self-instructional materials. Furthermore, it discusses the multidisciplinary alliance between Librarianship (focused on the object) and Pedagogy (focused on the subject), highlighting practices of cognitive accessibility and ludopedagogy. It is concluded that Instructional Design transcends aesthetics, consolidating itself as an authentic emancipatory mediation tool that frees the user from passivity and materializes Informational Social Justice. **Keywords:** Instructional Design. Libraries. Pedagogy. User Autonomy. Didactic Transposition.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o campo do Design Instrucional (DI) originou-se durante a Segunda Guerra Mundial, impulsionado pela necessidade de treinar rapidamente soldados para tarefas complexas, possuindo, em sua gênese, contornos estritamente estratégicos e comportamentalistas focados na resolução imediata de problemas de performance.

No entanto, com o avanço das teorias da aprendizagem, o DI rompeu com a rigidez do instrucionismo e evoluiu para abordagens que focam na experiência do sujeito.

Para fundamentar essa transição contemporânea, recorre-se a Andrea Filatro (2021), que define o Design Instrucional como uma intervenção pedagógica estruturada e intencional.

Essa intervenção engloba o planejamento, a elaboração e a aplicação de metodologias, ferramentas e experiências educativas moldadas para atender a contextos específicos de aprendizagem.

É precisamente essa capacidade de adaptar-se a diferentes “situações didáticas” que liberta o DI da exclusividade da Educação a Distância (EaD) ou da sala de aula tradicional, permitindo sua inserção inovadora em novos ecossistemas informacionais.



Nesse cenário sociopolítico, as bibliotecas deixam de ser vistas sob o rigor do paradigma custodial, isto é, como meros depósitos silenciosos e estáticos de livros.

Impulsionadas pelas exigências da contemporaneidade, elas passam por uma transição para se consolidarem como organismos vivos de aprendizagem e espaços de educação não formal.

Conforme postula Libâneo (2010, p. 27), a educação é um fenômeno social que ultrapassa os muros escolares, inserindo o cidadão em uma verdadeira “sociedade pedagógica”.

A presença do pedagogo nesses ambientes justifica-se pela urgente necessidade de mediação, pois a abundância de informação e a modernização tecnológica não garantem, por si sós, a inclusão do cidadão; pelo contrário, podem erguer barreiras cognitivas e burocráticas severas que impedem a autonomia do usuário.

Sob a ótica de uma pesquisa de natureza qualitativa, este artigo não busca mensurar a representatividade numérica ou quantificar fluxos de usuários, mas sim compreender profundamente os processos de mediação e as interações humanas nesses espaços.

Ancorando-se na premissa metodológica de Gonsalves (2019), a investigação qualitativa prioriza o aprofundamento da compreensão de um fenômeno social específico.

O objetivo central deste estudo é demonstrar como a atuação do pedagogo, munido das estratégias de Design Instrucional, constrói os “andaimes cognitivos” necessários para traduzir a complexidade tecnológica e burocrática das bibliotecas, garantindo a autonomia do cidadão e materializando a efetiva Justiça Social Informacional.

2. A PEDAGOGIA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Culturalmente, a identidade profissional do pedagogo foi construída e cristalizada em torno do ambiente escolar e da docência tradicional.

No entanto, a complexidade da sociedade contemporânea exige a desconstrução desse imaginário.

A educação, compreendida como um fenômeno social amplo e multifacetado, não se restringe às salas de aula; ela permeia as múltiplas interações humanas, inserindo o cidadão em uma verdadeira “sociedade pedagógica”.

2.1 A Biblioteca como Espaço de Educação Não Formal

Para fundamentar a atuação do pedagogo fora do contexto escolar estrito, é basilar a distinção estabelecida por Libâneo (2010, p. 31) entre as três esferas da educação: formal, informal e não formal.



A educação formal é aquela altamente estruturada, hierarquizada e regida por currículos e certificações oficiais.

A educação informal, por sua vez, ocorre de maneira espontânea e assistemática no cotidiano, nas relações familiares e sociais. Já a educação não formal situa-se em um campo estratégico: ela possui intencionalidade pedagógica, organização e sistematização, mas opera de maneira mais fluida e autônoma em comparação à estrutura do sistema formal.

As bibliotecas enquadram-se magistralmente como espaços de educação não formal.

Mesmo no caso de uma biblioteca universitária ou escolar, que se encontra fisicamente alocada dentro de uma instituição de ensino formal, a interação do sujeito com o espaço é pautada pela busca autônoma pelo saber, desenvolvendo-se em um ritmo próprio e desvinculada da obrigatoriedade das avaliações tradicionais.

Nesses ambientes, a presença do pedagogo não configura um desvio de função, mas sim uma expansão necessária de seu escopo profissional, político e técnico.

Ele assume o papel de mediador cognitivo, sendo o responsável por garantir que a simples oferta de um acervo físico ou digital se transforme em verdadeira apropriação intelectual emancipatória.

2.2 O Rompimento do Paradigma Custodial e a Intencionalidade Educativa

Para que essa mediação ocorra em sua plenitude, é urgente superar o que a Ciência da Informação define como “paradigma custodial”.

Durante séculos, as bibliotecas foram desenhadas sob uma ótica estrita de guarda e preservação, configurando-se como depósitos silenciosos voltados primordialmente para um público erudito, que já dominava os complexos códigos de acesso à informação.

A contemporaneidade, contudo, impulsiona a transição para um paradigma informacional e educativo, onde a biblioteca precisa atuar como um organismo vivo de aprendizagem.

O Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994) corrobora de forma categórica essa visão, ao instituir esses espaços como portas de acesso local ao conhecimento, cuja missão primária é apoiar a educação individual, a autoformação contínua e o desenvolvimento da cidadania.

Nesse novo cenário, o foco desloca-se do objeto (o livro ou o banco de dados) para o sujeito (o usuário-cidadão).

Para que uma criança na biblioteca escolar, um jovem na biblioteca universitária ou um pesquisador consigam navegar nesse denso mar de informações sem naufragar na exclusão, o espaço precisa ser intencionalmente desenhado para a aprendizagem.



A biblioteca consolida-se, assim, como uma “sala de aula sem paredes”, onde a atuação do pedagogo é fundamental para converter dados brutos em trilhas de conhecimento.

Rompe-se, dessa forma, com a “educação bancária” severamente criticada por Paulo Freire (1996), na qual o usuário seria apenas um receptáculo vazio de informações, instituindo-se uma prática dialógica e libertadora.

3. A CONSTITUIÇÃO DOS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES E A “SOCIEDADE PEDAGÓGICA”

Para consolidar o entendimento da atuação do pedagogo em ambientes não formais, como a biblioteca universitária discutida anteriormente, é imperativo desvincular o conceito de educação da exclusividade do espaço escolar.

As transformações socioculturais, o avanço das tecnologias de comunicação e as novas realidades sociais evidenciaram que o saber é produzido e disseminado em múltiplas esferas.

Hoje, ações formativas ocorrem em empresas, hospitais, meios de comunicação, movimentos sociais e em formas de intervenção educativa urbana.

Esse cenário configura o que Libâneo (2010) descreve como uma “sociedade genuinamente pedagógica”. Nessas instâncias plurais, a necessidade de disseminação e internalização de saberes (como campanhas de saúde, letramento digital e educação ambiental) demanda intervenção profissional especializada.

Para organizar essa multiplicidade, a teoria pedagógica estabelece fronteiras conceituais fundamentais entre as modalidades de educação.

A educação informal caracteriza-se por ser assistemática, ocorrendo nas relações cotidianas e no ambiente sociocultural sem intencionalidade organizada.

A educação formal, no extremo oposto, é aquela institucionalizada, estruturada e regida por objetivos educativos explícitos, típica do sistema escolar.

É, contudo, na esfera da educação não formal que os espaços não escolares ganham contornos pedagógicos estratégicos.

Esta modalidade ocorre fora dos marcos institucionais rígidos do sistema formal, mas possui um alto grau de sistematização, intencionalidade e estruturação formativa.

Nesses espaços não escolares, a atuação do pedagogo não configura um desvio de função, mas o exercício pleno de sua identidade profissional para atender a demandas socioeducativas prementes.

O profissional da educação assume o papel de arquiteto responsável por garantir que o cidadão consiga se apropriar criticamente da informação disponibilizada no meio, atuando em

instâncias que vão desde a animação sociocultural até a definição de políticas educacionais inclusivas.

4. DESIGN INSTRUCIONAL E EXPERIÊNCIA DE APRENDIZAGEM

4.1 O Pedagogo como Arquiteto da Aprendizagem na Democratização da Informação

Estabelecida a legitimidade da biblioteca como um espaço de educação não formal e a necessidade do pedagogo para mediar o conhecimento nesse ambiente, emerge um desafio prático: como operacionalizar essa mediação diante da crescente complexidade dos acervos e das plataformas tecnológicas?

É precisamente no ponto de fricção entre o cidadão e as barreiras burocráticas ou informacionais que o pedagogo assume o papel de um verdadeiro arquiteto da aprendizagem. Para transpor esses obstáculos, o profissional recorre ao Design Instrucional (DI).

Conforme postula Filatro (2021), o DI contemporâneo superou a visão restrita de mera produção de materiais (instrucionismo) para consolidar-se como uma intervenção pedagógica intencional e estruturada, voltada para a experiência do sujeito e para a resolução de problemas reais de compreensão.

Ao aplicar essa ciência da arquitetura da aprendizagem nas bibliotecas, o pedagogo projeta e organiza espaços, tutoriais e sinalizações que atuam como “andaimes cognitivos” para o usuário.

Dessa forma, o Design Instrucional transcende a técnica e converte-se em uma das principais ferramentas de democratização do acesso à informação.

Ele garante que o direito à informação, muitas vezes garantido apenas no papel, seja traduzido em uma linguagem acessível, permitindo que a autonomia do usuário seja plenamente exercida e materializando a Justiça Social Informacional.

4.2 Transposição Didática: Traduzindo a Complexidade Institucional na Biblioteca

A inovação tecnológica e a modernização na gestão das bibliotecas não eliminam, por si sós, a necessidade de regulação institucional.

As bibliotecas contemporâneas operam por meio de sistemas de classificação complexos, bases de dados rigorosas, normativas de circulação de acervo e protocolos de segurança digital.

Contudo, essa infraestrutura frequentemente esbarra em um abismo semântico: a distância entre a linguagem da instituição (o “juridiquês” das normas e o “tecniquês” dos catálogos) e a realidade de compreensão do usuário cidadão.



Para que esse arcabouço técnico não se transforme em uma barreira de exclusão informacional, a intervenção do pedagogo apropria-se do mecanismo metodológico da transposição didática.

Consoante postula Chevallard (1991), a transposição didática compreende o mecanismo pelo qual um conhecimento puramente técnico e institucionalizado (o “saber sábio”) passa por adaptações e curadorias metodológicas até se converter em um “saber ensinado”, ou seja, uma informação plenamente digerível pelo sujeito aprendiz.

Ao transpor essa premissa da sala de aula tradicional para o ecossistema da biblioteca, a intervenção ganha um contorno inovador.

O “saber sábio” deixa de ser apenas o conteúdo estrito de uma disciplina escolar e passa a ser representado pelos densos regulamentos de empréstimo, pela complexidade das interfaces de busca ou pelos manuais de formatação acadêmica.

O “saber ensinado”, por sua vez, configura-se no artefato instrucional final criado pelo pedagogo, como guias visuais, tutoriais passo a passo e sinalizações cromáticas de acervo, que o cidadão consegue decodificar e aplicar imediatamente para resolver seus problemas informacionais.

Dessa forma, o papel do Designer Instrucional na biblioteca não é meramente replicar a informação bruta da instituição ou afixar regras restritivas nas paredes, mas sim traduzir a natureza desse conhecimento normativo para torná-lo diretamente utilizável.

Ao aplicar a transposição didática, o pedagogo atua como um tradutor silencioso: ele simplifica a interface de comunicação sem perder o rigor institucional exigido pela gestão do acervo, transformando a regra que antes era punitiva em um autêntico instrumento pedagógico de cidadania e letramento.

5. A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

5.1 Letramento Informacional: A Leitura Crítica dos Sistemas

A transição da biblioteca para um organismo vivo de aprendizagem exige que o cidadão não seja tratado como um mero consumidor passivo de dados. Para navegar na complexidade das bibliotecas, o indivíduo necessita desenvolver o que a literatura especializada denomina letramento informacional (*information literacy*).

Conforme postula Campello (2003), a competência informacional transcende a tradicional habilidade mecânica de localizar um livro em uma estante.

Ela compreende a capacidade cognitiva de ler, decodificar, avaliar e operar os complexos sistemas físicos e digitais que organizam o conhecimento.



A biblioteca, ao assumir sua dimensão educativa, deve atuar como um laboratório contínuo desse letramento.

Contudo, a simples exposição de um acervo ou a disponibilização de terminais de busca não geram competência automática. Se o usuário se depara com catálogos de busca em bases de dados, regras de empréstimo ou redes de internet sem fio que exigem conhecimentos técnicos prévios, a informação se torna cifrada. É precisamente para preencher essa lacuna de compreensão que a mediação do pedagogo se faz vital, estruturando "andaimes cognitivos" que permitam ao usuário decodificar o ambiente ao seu redor.

5.2 A Pedagogia da Autonomia: Da Passividade ao Exercício do Direito

Nesse cenário de mediação informacional, a práxis do pedagogo dialoga intimamente com os pressupostos emancipatórios de Paulo Freire (1996).

Na obra *Pedagogia da Autonomia*, o autor defende de forma contundente que a educação autêntica é aquela que liberta o sujeito da tutela constante, promovendo a sua capacidade de intervir no mundo. Transportando essa premissa para a realidade das bibliotecas, percebe-se que a exclusão muitas vezes ocorre de forma silenciosa e institucionalizada.

Quando um estudante ou um cidadão da comunidade externa depende exclusivamente da boa vontade ou da disponibilidade de um funcionário para conseguir acessar a internet, operar o sistema de autoatendimento ou até mesmo transpor as catracas eletrônicas do edifício, ele é colocado em uma posição de passividade indesejada.

Sob a ótica freireana, vivenciar o acesso à informação como uma “concessão” ou um “favor” fere a dignidade do sujeito. O acesso à cultura e à educação em espaços públicos é um direito inalienável, e o exercício pleno desse direito pressupõe independência.

É neste ponto de tensão que o Design Instrucional, mediado pelo pedagogo, atua como uma ferramenta de libertação.

Ao desenhar guias visuais, tutoriais autoinstrucionais e sinalizações pedagógicas que explicam o funcionamento lógico da biblioteca, o educador devolve o poder de ação às mãos do usuário.

A técnica instrucional não atua como um engessamento comportamental, mas como o meio pelo qual o cidadão se apropria do espaço.

Ao conseguir resolver seus impasses informacionais de forma independente, o usuário supera a barreira da exclusão, materializando a verdadeira autonomia defendida por Freire. O pedagogo, assim, não apenas facilita um serviço, mas consolida um ato político de cidadania.



6. A ALIANÇA MULTIDISCIPLINAR: PEDAGOGIA E BIBLIOTECONOMIA

6.1 A Complementaridade dos Saberes: O Objeto e o Sujeito

A inserção do pedagogo, e de suas estratégias de Design Instrucional, em bibliotecas não tem como premissa a substituição ou a sobreposição à figura do bibliotecário.

Pelo contrário, a complexidade do ambiente informacional contemporânea exige o estabelecimento de uma aliança multidisciplinar pautada pela estrita complementaridade de saberes.

De um lado, o bibliotecário, ancorado nos preceitos da Ciência da Informação, detém a *expertise* fundamental voltada para o objeto. Sua atuação garante o tratamento, a catalogação, a preservação e a recuperação técnica da informação, assegurando a organização do acervo e a política de circulação.

Por outro lado, o pedagogo, respaldado pela Ciência da Educação, direciona seu foco para o sujeito.

É o profissional responsável por estruturar os processos cognitivos de apropriação, desenhando a arquitetura da aprendizagem e traduzindo a linguagem institucional e técnica.

Nesta práxis colaborativa, o bibliotecário atua para que a informação seja tecnicamente recuperável, enquanto o pedagogo/designer instrucional atua para que essa mesma informação seja humanamente compreensível.

Juntos, eles transcendem a gestão burocrática e formam um ecossistema completo de atendimento, garantindo que o rigor acadêmico encontre a intencionalidade pedagógica necessária para a formação cidadã.

6.2 Exemplos Práticos de Inclusão: Acessibilidade Cognitiva e Ludopedagogia

Para materializar essa aliança multidisciplinar, o Design Instrucional pode ser desdobrado em intervenções práticas que ressignificam o espaço da biblioteca. Um primeiro exemplo claro é o foco na acessibilidade cognitiva.

Quando a biblioteca institui normativas complexas de empréstimo ou manuais densos de acesso a redes Wi-Fi e bases de dados restritas, o DI atua operando a filtragem epistemológica.

O pedagogo desenvolve tutoriais visuais autoinstrucionais, adotando a categorização por cores, o uso de ícones e a redução da carga textual para antecipar erros do usuário. Desse modo, o



que seria um documento normativo punitivo ou excludente é convertido em um “andaime cognitivo” que guia a autonomia do estudante ou do cidadão leigo.

Um segundo campo prático de grande impacto é a aplicação da Ludopedagogia por meio do *Learning Experience Design (LXD: Design de Experiências de Aprendizagem)*. As bibliotecas contemporâneas têm incorporado gibitecas, acervos de jogos de tabuleiro modernos e mesas de *RPG (Role-Playing Game)* às suas instalações.

Contudo, a simples disponibilização desses materiais configura apenas uma oferta de entretenimento. É a intervenção do pedagogo que converte o lúdico em laboratório de aprendizagem.

Conforme postulam Filatro e Cairo (2023), o *LXD* busca engajar o sujeito em sua totalidade, mobilizando dimensões cognitivas e afetivas.

Sob essa ótica, as sessões de jogos de tabuleiro nas bibliotecas são mediadas intencionalmente para o desenvolvimento de *soft skills* (competências socioemocionais), exigindo dos participantes o exercício contínuo da negociação, do pensamento estratégico e da resolução colaborativa de conflitos.

Da mesma forma, as mesas de *RPG* funcionam como autênticas “comunidades de prática”, criando espaços seguros (*safe spaces*) onde os jovens podem exercitar a empatia profunda, o *storytelling* e o letramento narrativo ao tomarem decisões por meio de diferentes perspectivas.

Em ambas as frentes, o pedagogo transforma o acervo da biblioteca em metodologias ativas de formação humana.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O DESIGN INSTRUCIONAL COMO A ARQUITETURA DA ESPERANÇA

Para concluir esta reflexão, estruturada sob uma ótica qualitativa, é imperativo reafirmar que o impacto do Design Instrucional nas bibliotecas não se afere meramente por estatísticas de circulação de acervo ou pela quantificação do fluxo de pessoas.

Como orienta a pesquisa qualitativa, o foco incide sobre a profundidade das interações humanas, a superação de barreiras invisíveis e a efetivação da dignidade cidadã.

As bibliotecas atuais podem apresentar-se como autênticos labirintos de códigos literais, digitais e burocráticos para os usuários não iniciados.

Se a premissa central deste artigo era questionar como democratizar o acesso, a conclusão afirma categoricamente que, sem a mediação pedagógica intencional, a propaganda “democratização” corre o risco de permanecer como letra morta em documentos oficiais.

A abundância de recursos tecnológicos, sem a devida instrução para o seu uso, transforma a inovação em uma nova modalidade de exclusão.



Nesse cenário complexo, a atuação do pedagogo remete ao célebre “Fio de Ariadne” da mitologia grega.

Assim como o novelo de lã entregue a Teseu serviu de guia para que ele não se perdesse e encontrasse a saída do labirinto por seus próprios passos, o educador projeta um suporte instrucional no labirinto da biblioteca.

Esse material não caminha pelo sujeito, mas oferece a segurança estrutural necessária para que o indivíduo desenvolva sua própria cartografia e exerça sua autonomia.

Ao traduzir normativas, desenhar interfaces acolhedoras e promover o letramento por meio de metodologias ativas, o educador liberta o usuário da passividade, garantindo que ele não precise pedir “permissão” ou “favor” para acessar a cultura e a informação.

Fica evidenciado, portanto, que a aplicação do Design Instrucional em espaços de educação não formal não serve apenas para a criação de tutoriais ou “avisos bonitos”.

Ele consolida-se como uma verdadeira arquitetura da esperança: a esperança de que o conhecimento é, de fato, um bem comum e inalienável.

Fica o convite para que a gestão pública e educacional abrace a Pedagogia e o Design Instrucional não como meros recursos estéticos ou de auxílio técnico.

Conforme fundamenta Libâneo (2010), a ação pedagógica transcende o espaço escolar e consolida-se como um autêntico projeto político de gestão social.

Dessa forma, estruturar a acessibilidade cognitiva nas bibliotecas é converter a mais pura ética do acolhimento em uma política pública materializada, garantindo que o direito do cidadão seja plenamente exercido.

REFERÊNCIAS



REVISTA CIENTÍFICA
**Iara Christian
University**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CAMPELLO, Bernadete Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica**: del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique, 1991.

FILATRO, Andrea. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

FILATRO, Andrea; CAIRO, Sabrina. **Learning Experience Design (LXD)**: o design de experiências de aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 8. ed. Campinas: Alínea, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NORMAN, Donald A. **Design emocional**: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.